

A MEMÓRIA HISTÓRICA NUMA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL

Celso Pereira de Sá

Professor Titular na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
Formação: Doutor em Psicologia, pela Fundação Getúlio Vargas (1985)
Atuação: Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UERJ
Rua General Ribeiro da Costa, 178 / 1201 – 22010-050 - Rio de Janeiro, RJ
Tel: (21) 2542-9385 E-mail: sa.celso@gmail.com

RESUMO

Discute-se, inicialmente, a retomada do estudo da memória por parte da psicologia social e o conseqüente processo de constituição de uma perspectiva psicossocial da memória, a partir de contribuições sociológicas e psicossociais pioneiras e de suas releituras contemporâneas, bem como de aportes mais recentes da história e da psicologia cognitiva naturalista. Em seguida, caracteriza-se sucintamente a psicologia social da memória em termos do reconhecimento de cinco princípios unificadores do seu campo de estudo, do mapeamento deste campo em sete diferentes instâncias de fenômenos da memória e da utilização do termo memória social como um conceito “guarda-chuva” para designar o inteiro conjunto de tais memórias. Deste conjunto, destaca-se, para o restante do texto, o estudo das memórias históricas, que envolve, além da consideração das demais instâncias – coletivas, comuns e pessoais – que entram em sua composição, uma discussão do processo pelo qual os documentos, em sentido amplo, ensejam a emergência dos fenômenos psicossociais de memória histórica documental. Finalmente, são apresentados os requisitos da psicologia social para a pesquisa das memórias históricas, aos quais é incorporada a pesquisa das memórias geracionais. Conclui-se que, em seus esforços para se manter não-psicologista e não-sociologista, a perspectiva psicossocial contribui para que as extremas riqueza e complexidade dos fenômenos da memória em sociedade possam emergir, notadamente no que se refere à memória histórica.

Palavras-chave: Memória social; Memória histórica; Memória geracional

INTRODUÇÃO

Há pouco menos de 20 anos, a psicologia social começou a retomar o estudo da memória, ao qual já havia se dedicado no primeiro terço do século passado com o trabalho F. C. Bartlett (1932/1995). Embora tal perspectiva anterior tenha sido recuperada, a nova ocupação da psicologia social com o problema não tem se restringido a isso, mas também acompanhado o processo de re-investimento sobre o estudo da memória no âmbito de outras ciências humanas. Destacam-se, nesse sentido, as releituras da sociologia da memória de M. Halbwachs (1925/1994; 1950/1997) e as recentes abordagens da memória pela história, como a proposta por P. Nora (1977). Uma última fonte – de natureza propriamente psicológica – da perspectiva psicossocial da memória tem sido a psicologia cognitiva naturalista, como caracterizada por U. Neisser (1996).

Diferentemente da tradição de uma “psicologia social psicológica” (Álvaro e Garrido, 2006), de caráter auto-contido e lavra predominantemente estadunidense – responsável, nas palavras de

R. Farr (1996), por uma “individualização do social” – e que se mostrava hegemônica até bem recentemente, a “psicologia social da memória” que ora se configura mostra-se avessa a qualquer “psicologismo”. Por outro lado, embora se nutra amplamente de contribuições das demais ciências sociais, procura não confundir o seu nível próprio de análise com os de tais disciplinas. Como uma ilustração de tal esforço, observe-se que, por mais que se aproprie das contribuições sociológicas, a perspectiva psicossocial não adere à proposição da existência de uma “memória *da* sociedade”, nos termos de Halbwachs, mas prefere estudar os mesmos fenômenos como uma “memória *na* sociedade”, segundo a fórmula devida a Bartlett.

Antes de tratar especificamente da pesquisa psicossocial da memória histórica, parece oportuno apresentar sucintamente um dos esforços de sistematização de uma “psicologia social da memória”, que tem orientado as pesquisas desenvolvidas por uma equipe do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

UMA SISTEMATIZAÇÃO DA PERSPECTIVA PSICOSSOCIAL DA MEMÓRIA

Como resultado de uma seleção, exploração e articulação de contribuições teórico-conceituais de diferentes origens disciplinares, com ênfase sobre as perspectivas pioneiras de Halbwachs e de Bartlett, Sá (2005, 2007a) estabelece três orientações principais para a caracterização do domínio de estudos psicossociais da memória: (1) uso da “memória social” como um “termo guarda-chuva”, para designar o inteiro conjunto dos fenômenos psicossociais da memória; (2) definição de cinco princípios unificadores do campo da memória social, da forma como acredita que o psicólogo social deva vê-lo; (3) mapeamento do campo nas sete diferentes instâncias da memória com as quais acredita que o psicólogo social deva lidar. Adicionalmente, tem sido desenvolvida uma articulação entre contribuições da vertente sociológica européia da psicologia social e da vertente psicológica cognitiva americana de cunho naturalista (Sá, 2007b, 2008).

Considerando que, se um domínio de fenômenos ou de estudos existe de fato, ele deve ser identificado por uma designação genérica e abrangente. A escolha dessa identificação recaiu sobre o termo “memória social”, porque ele já vem recebendo essa preferência na literatura sobre a memória em sociedade, seja por uma questão de economia verbal ou quando não parece preciso especificar circunstâncias próprias de produção e mobilização do fenômeno. Ao se falar em memória social, se está, pois, em psicologia social, falando de diversas coisas, não muito diferentes entre si, mas, até certo ponto, distinguíveis.

Os princípios, extraídos de variadas fontes, que se julga capazes de unificar o campo de estudo psicossocial da memória, podem ser sinteticamente descritos: (1) a memória tem um caráter socialmente construtivo, e não meramente reprodutivo das experiências individuais

passadas; (2) são as pessoas que se lembram e se esquecem, embora o que ou como se lembram e se esquecem seja determinado pela sociedade, pela cultura e, em especial, pela linguagem; (3) a construção da memória não se produz senão através da interação e da comunicação sociais; (4) lembranças e pensamentos estão sempre e intrinsecamente associados nos fenômenos de memória social; (5) motivação, afeto e sentimento desempenham um papel importante na construção da memória social. Não se trata de proposições novas, pois todas elas se encontram presentes, de uma forma ou de outra, nas obras de Halbwachs (1994, 1997) e de Bartlett (1995), assim como nas de diversos autores contemporâneos. Cabe apenas o seguinte: os primeiros dois princípios se complementam numa rejeição simultânea de posições psicologistas e sociologistas; o terceiro confere à interação social – variável naturalmente privilegiada na psicologia social – um *status* explicativo máximo da construção da memória; o quarto e o quinto sustentam que, à diferença das separações artificiais freqüentemente estabelecidas pela psicologia, os processos cognitivos – pensamento e memória, por exemplo – e afetivos são produzidos e mobilizados de forma necessariamente interdependente na vida cotidiana.

Um mapeamento das “memórias da memória social” é a terceira linha de caracterização do campo de estudo psicossocial da memória. Tomando-se denominações clássicas e outras emergentes – e mantendo, alterando ou adaptando os seus sentidos originais –, são descritas sete instâncias da memória social, a saber: memórias pessoais, memórias comuns, memórias coletivas, memórias históricas documentais, memórias históricas orais, memórias práticas e memórias públicas. Cabe, desde logo, ressaltar que não se trata propriamente de uma classificação das memórias, pois, contrariamente aos critérios classificatórios tradicionais, as categorias não são mutuamente excludentes e algumas delas podem se transformar em outras, além do que o sistema não é exaustivo, podendo incorporar ainda “outras memórias”. A pergunta de “para o que isso serve então?” tem como primeira resposta justamente o fato de se estar evidenciando as imprecisões com que esses conceitos já vinham sendo empregados no domínio da memória e, como segunda resposta, o fato de que a sua conjugação num mapeamento único permite compreender tais supostas “imprecisões” como inerentes à complexa dinâmica dos fenômenos da memória em sociedade. É dessa última compreensão que se pretende beneficiar, a seguir, o estudo da memória histórica.

FUNDAMENTOS DO ESTUDO PSICOSSOCIAL DA MEMÓRIA HISTÓRICA

A equipe de pesquisa psicossocial aludida na introdução deste trabalho tem procurado descrever e comparar estados contemporâneos da memória social em certas populações,

notadamente a do Rio de Janeiro, acerca de diferentes fatos, processos ou períodos históricos brasileiros – o descobrimento do Brasil (Sá e Castro, 2005), os governos de Getúlio Vargas (Sá, Castro, Möller e Perez, 2008; Naiff, Sá e Naiff, 2008) e o Regime Militar (Sá, Oliveira, Castro, Vetere e Carvalho, no prelo; Sá, Castro, Möller, Perez e Bezerra, no prelo) – estando atualmente envolvida na pesquisa da memória dos Anos Dourados em cinco capitais brasileiras. De início, os títulos dos projetos e das comunicações de seus resultados contemplavam os termos “memória social” ou “memória coletiva” ou ainda “memória” *tout court*, dentro, pois, do quadro de imprecisões conceituais anteriormente comentado. Depois, passou-se a convir que a designação mais apropriada para o conjunto dos fenômenos de memória social que se vinha pesquisando era “memória histórica”, apesar das dificuldades que se sabe envolver as relações entre memória e história.

Dentre tais dificuldades, encontra-se a consideração por Halbwachs (1997) da expressão “memória histórica” como uma contradição em termos, pois, para ele, a história só começaria a ser escrita quando a memória já estivesse se extinguindo. Nesse sentido, somente a “história vivida” poderia ensejar uma memória, e esta não ultrapassaria os limites e a duração do grupo que a tivesse construído. Tal concepção pode ser suficiente para sustentar os estudos de história oral, mas exclui das relações com a memória a história produzida a partir de documentos. A rigor, a psicologia social da memória, para tratar das relações entre as populações contemporâneas e o seu passado histórico, deve ir além dos limites auto-estabelecidos tanto pela sociologia halbwachiana quanto pela história documental.

Numa perspectiva psicossocial, o termo “memória histórica” é entendido como uma “memória da história”, englobando memórias orais e memórias documentais, para cuja construção contribuem: (1) tanto memórias coletivas quanto memórias comuns e memórias pessoais; (2) tanto a história vivida quanto os testemunhos ouvidos; (3) tanto documentos históricos *stricto sensu* quanto produções didáticas, midiáticas e artísticas posteriores.

Para sustentar a participação de diferentes instâncias da memória social na constituição das memórias históricas, parece suficiente lembrar como elas são concebidas enquanto “memórias da memória social” (ver Sá, 2005). Memórias coletivas são definidas pelo sociólogo italiano P. Jedlowski (2001) como: “conjuntos de representações sociais sobre o passado que os grupos produzem, guardam, institucionalizam e transmitem através da interação de seus membros” (p. 33). Memórias comuns são formadas por pessoas que, não estando em interação, são expostas aos mesmos fatos e informações e deles guardam as mesmas lembranças, embora não cheguem a elaborá-las coletivamente. Memórias pessoais se referem ao passado das próprias pessoas que se lembram, mas envolvem também os fatos sociais, potencialmente históricos, de que tenham participado.

O que se chama de história vivida, nitidamente caracterizada nas memórias pessoais, pode se fazer presente também nas memórias coletivas – não apenas porque um fato pode ter sido vivido por mais de uma pessoa, mas também em termos da elaboração do seu sentido pelo grupo – e nas memórias comuns. É na instância das memórias comuns – cuja presença cresce em função da exposição à comunicação de massa – que as experiências vividas e os testemunhos recebidos mais se confundem e se amalgamam na construção da memória. Por exemplo, no caso da população brasileira, a memória do 11 de setembro dos Estados Unidos – não o do Chile, que caiu no esquecimento – resulta de um testemunho proporcionado pela televisão, mas não se pode deixar de considerar o seu conteúdo como constituindo também uma experiência vivida.

O argumento quanto à construção da memória histórica a partir de documentos históricos *stricto sensu* envolve, inicialmente, uma restrição de natureza psicossocial. É comum chamar de “memória” os registros e traços deixados pelo passado – ou seja, documentos, em sentido amplo – acessíveis aos membros de uma sociedade, em museus, bibliotecas, monumentos, prédios históricos, sítios arqueológicos, etc. Na perspectiva psicossocial, entretanto, somente quando tais documentos são de alguma forma “mobilizados” (lidos, visitados, apreciados ou apenas referidos) por pessoas e grupos sociais concretos é que surge um fenômeno de “memória histórica documental”. Como já referido em outra parte (Sá, 2007a), esse critério de “mobilização funcional” é admitidamente pouco preciso, mas, por isso mesmo, pode dar conta da fluidez característica dos fenômenos psicossociais da memória. Por exemplo, os arquivos da ditadura militar brasileira, que têm se constituído como documentos históricos, estão passando hoje, na iminência e na polêmica de sua abertura mais ampla, também à condição de memória. Uma noção que parece vir em apoio a esse critério é a dos “lugares de memória” (Nora, 1997) em que os documentos podem se tornar quando é socialmente investida sobre eles uma “vontade de memória”, ou seja, quando segmentos da sociedade os tiram da condição de “lugares de história”, para erigi-los em objetos e suportes da memória.

Além disso, para dar plenamente conta da perspectiva psicossocial da memória histórica, é preciso ampliar a própria noção de documento, para além do que os historiadores talvez julguem aceitável. Trata-se de considerar como fontes adicionais da memória histórica os manuais escolares de história, a mídia e produções culturais diversas, como os filmes cinematográficos. Essas três instâncias socializadoras – educação, comunicação e arte – têm demonstrado grande capacidade em transformar fatos não vividos pelas pessoas em memórias comuns e mesmo coletivas. Por exemplo, pela ação conjugada das três, todos os cidadãos brasileiros que cumpriram o nível fundamental de ensino sabem que o Brasil foi descoberto por Pedro Álvares Cabral e mantêm em suas mentes – como se disso se lembrassem claramente – as imagens das caravelas portuguesas aqui chegando pelo mar e dos nossos índios as observando da praia (Sá, Oliveira e Prado, 2005).

O estudo de memórias históricas documentais pela psicologia social da memória exige, pois, que, dada uma população e um fato, processo ou período histórico: (1) sejam identificadas as fontes documentais de conhecimento histórico disponíveis; (2) seja avaliado o grau de “mobilização funcional” da população em relação a tais documentos, incluindo a circunstância de que alguns deles se tenham constituído em “lugares de memória”; (3) e, como convém a qualquer pesquisa de natureza psicossocial, seja dada a palavra a membros individuais da população, para se inferir como aquele fato, processo ou período é socialmente representado – constituindo, assim, memórias coletivas – ou simplesmente aludido, como costuma ocorrer nas memórias pessoais e comuns.

A descrição que se acaba de fazer da pesquisa psicossocial de uma memória histórica é evidentemente incompleta. Faltou considerar que uma população qualquer é constituída por estratos de diferentes níveis de escolaridade e de diferentes orientações políticas, bem como por distintas coortes geracionais, para citar apenas três dos muitos critérios possíveis de estratificação social. No caso da primeira clivagem, cabe considerar que uma memória histórica que repouse sobre a leitura, a apreciação, a visita ou a simples referência a documentos depende da freqüência, da extensão e da intensidade com que tais coisas sejam feitas, variáveis estas que tendem a se correlacionar positivamente com o aumento do nível de escolaridade das pessoas. Por outro lado, cumpre atentar para o fato de que pessoas com diferentes orientações políticas, além de tenderem a interpretar de modos diversos os fatos, processos e períodos históricos que tenham testemunhado, selecionam diferencialmente os documentos de que se valem para a construção das suas respectivas memórias. Finalmente, a coexistência de distintas gerações numa população contemporânea remete à apropriação que a psicologia social da memória tem feito de estudos desenvolvidos na psicologia cognitiva de orientação naturalista, como já aludida na introdução deste trabalho e para a qual ora se voltará mais atenção.

AS MEMÓRIAS GERACIONAIS NO ESTUDO DA MEMÓRIA HISTÓRICA

A vertente naturalista, minoritária, da psicologia cognitiva, que abandonou o laboratório de pesquisa experimental e a perspectiva da memória como processamento da informação, para se ocupar do estudo observacional da memória na vida cotidiana (Neisser, 1996), tem desenvolvido várias linhas de pesquisa relevantes em termos psicossociais. Dentre estas, destacam-se as “memórias geracionais”, como estudadas, por exemplo, por Pennebaker e Basanick (1998) e por Schuman, Belli e Bischooping (1998).

O estudo das memórias geracionais tem sua base conceitual no trabalho de K. Mannheim (1952/1982) sobre “o problema sociológico das gerações”, de onde extraiu uma hipótese quanto à existência de um “período crítico” de idade, caracterizado pela maior retenção das

experiências, que se situaria na adolescência e nos primeiros anos da vida adulta, ou seja, enquanto tais estratos etários estivessem se constituindo como uma geração dotada de identidade e características próprias e únicas. Tal hipótese tem recebido confirmação através de diversos estudos empíricos, além do que foi desdobrada para prover uma explicação para a ocorrência constatada de ciclos – de vinte a trinta anos – na construção de monumentos comemorativos e na produção de filmes a propósito do passado histórico de uma população. Nesse sentido, aqueles conjuntos de pessoas que mais intensamente se recordassem de certos fatos, processos ou períodos históricos como “coisas do seu tempo” seriam os mais prováveis produtores de novos “documentos”, que terminariam por alimentar a memória histórica das gerações subseqüentes.

Como a composição etária de uma população em qualquer época é heterogênea, sempre estarão coexistindo distintas memórias geracionais acerca de qualquer determinado fato, processo ou período histórico, em função da idade em que cada coorte geracional o terá testemunhado ou, no mínimo, deles ter tido notícia. Por exemplo, ao estudar a memória de um período histórico decorrido entre quarenta e vinte anos atrás – como foi o caso do Regime Militar no Brasil – há que considerar, retornando a Mannheim, que o conjunto etário que então viveu a sua “idade crítica” tinha uma “situação de geração” – ou seja, a peculiar configuração social, política, econômica e cultural em que tal geração estava se formando – diversa da dos que testemunharam tal período histórico após terem concluído a sua própria definição geracional, o que terá produzido conseqüências distintivas sobre as lembranças que as duas coortes tenham dele guardado. Por outro lado, tais “memórias adquiridas” pelos que, numa idade ou noutra, foram testemunhas dos fatos e processos do período histórico em questão podem apresentar diferenças em relação às “memórias apropriadas” – ou seja, apenas pela educação e pela mídia – daqueles que nasceram após o término do período. Dessa forma, as memórias históricas acerca dos mesmos fatos e processos objetivos podem chegar a diferir bastante entre pessoas e grupos sociais pertencentes a estratos etários distintos em uma mesma população.

CONCLUSÃO

A forma como a psicologia social voltou a se ocupar do estudo da memória é bastante característica da “psicologia social sociológica”, que emergiu na Europa a partir dos anos 60 e que tem S. Moscovici (1976, 2000) como um de seus principais autores. À diferença da “psicologia social psicológica” – que ainda predomina no cenário mundial da disciplina, mas saiu bastante abalada da “crise dos anos 70” –, essa nova vertente estabelece seus conceitos,

constrói suas teorias e desenvolve suas pesquisas não apenas a partir dos instrumentos teórico-conceituais e metodológicos da psicologia, mas busca também, para isso, contribuições das demais ciências humanas e sociais. Cabe a Moscovici o mérito de ter mostrado esse caminho, na constituição da sua teoria das representações sociais, a partir de formulações da psicologia (Piaget), mas também da antropologia (Lévy-Brühl) e da sociologia (Durkheim), fazendo com que essa tríplice articulação resultasse numa “psicologia social mais social” (ver Tajfel, 1984).

Por essa razão, acredita-se que a “psicologia social da memória” esboçada neste trabalho não parecerá – em sua maior parte, pelo menos – estranha a sociólogos da memória e a historiadores atentos para a relação da sua disciplina com a memória, bem como àqueles estudiosos – bibliotecônomos, arquivistas e museólogos, por exemplo – que vivem mais de perto a tensão entre história e memória em suas atividades profissionais cotidianas. Ou seja, quase tudo o que foi aqui apresentado eles já devem conhecer e podem identificar-lhes as origens em suas próprias disciplinas.

Por outro lado, talvez eles estranhem os esforços dessa psicologia social, que não se quer psicologista, para não resvalar para o pólo oposto do sociologismo. Quanto mais estranhos estes esforços lhes pareçam mais isto quererá dizer que o *locus* acadêmico em que desenvolvem seus respectivos trabalhos tende ele próprio para um sociologismo. Por exemplo, estudiosos da sociedade, da cultura, da história e da informação costumam tomar a constituição de arquivos, acervos e patrimônios, bem como a preservação de relatos orais, como uma “memória” que as populações guardam do seu passado. É verdade que tal espécie de “naturalização sociologista” resulta de um longo processo histórico de “exteriorização da memória”, ao longo do qual, como mostra Le Goff (1996), seus produtos foram levados – “naturalmente”, dir-se-ia – a adotar a terminologia da memória (memorial, memorialista, memorando, *aide-mémoire*, etc). Entende-se, também, que a localização precedente da memória nas mentes individuais, promovida por uma antiga “psicologia filosófica”, foi uma “naturalização psicologista” de um processo que é grandemente de ordem sócio-cultural. Não obstante, desde que a memória engloba todos os fenômenos pelos quais o passado (ou fragmentos deste) chega, de alguma forma – preservado, reconstruído, representado, relatado ou mesmo, como quer Connerton (1993), incorporado em práticas e performances – ao presente, as perspectivas que descartam, abstraem ou minimizam a participação dos indivíduos contemporâneos nesse processo não deixam de ser sociologistas.

O admitidamente simples princípio teórico de que “são as pessoas que se lembram e se esquecem (embora o que ou como se lembram e se esquecem seja determinado pela sociedade, pela cultura e, em especial, pela linguagem)”, acrescido da admitidamente simples prescrição metodológica de que “(como convém a qualquer pesquisa de natureza psicossocial) seja dada a palavra a membros individuais da população”, levando em consideração a

heterogeneidade desta – etária, em especial –, são as contribuições distintas que a psicologia social pode dar ao estudo da memória e, em especial, da memória histórica. Acredita-se que elas contribuem para que as extremas riqueza e complexidade dos fenômenos da memória em sociedade possam emergir, em contraste com o que as simplificações psicologistas e sociologistas têm produzido.

REFERÊNCIAS

- Álvaro, J. L.; Garrido, A. (2006). *Psicología social: perspectivas psicológicas e sociológicas*. São Paulo: McGraw-Hill.
- Bartlett, F. C. (1995). *Remembering: a study in experimental and social psychology*. Cambridge: Cambridge University Press. Publicado originalmente em 1932.
- Connerton, P. (1993). *Como as sociedades recordam*. Oeiras: Celta.
- Farr, R. M. (1996). *The roots of modern social psychology*. Oxford: Blackwell.
- Halbwachs, M. (1994). *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel. Publicado originalmente em 1925.
- Halbwachs, M. (1997). *La mémoire collective*. Paris: Albin Michel. Publicado originalmente em 1950.
- Jedlowski, P. (2001). Memory and sociology: themes and issues. *Time & Society*, London, v. 10, n. 1, p. 29-44.
- Le Goff, J. (1986). *Histoire et mémoire*. Paris: Gallimard.
- Mannheim, K. (1982). O problema sociológico das gerações. In M. M. Foracchi (Org.). *Karl Mannheim*. São Paulo: Ed. Ática, p. 67-95. Publicado originalmente em 1952.
- Moscovici, S. (1976). *La psychanalyse, son image et son public*. Paris: PUF.
- Moscovici, S. (2000). *Social representations: explorations in social psychology*. Cambridge: Polity.
- Neisser, U. (1996). Memory: what are the important questions? In U. Neisser (Org.). *Memory observed: remembering in natural contexts*. New York: W. H. Freeman, p. 3-19.
- Nora, P. (1997). Entre mémoire et histoire: la problématique des lieux. In P. Nora (Org.). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1997, p. 23-43.
- Pennebaker, J. W.; Basanick, B. (1998). Creación y mantenimiento de memorias colectivas. In D. Páez; J. F. Valencia; J. W. Pennebaker; B. Rimé; D. Jodelet (Orgs.). *Memorias colectivas de procesos culturales y políticos*. Bilbao: Universidad del País Vasco, p. 31-47.
- Sá, C. P. (2005). As memórias da memória social. In C. P. Sá (Org.). *Memória, imaginário e representações sociais*. Rio de Janeiro: Museu da República, p. 63-86.
- Sá, C. P. (2007a). Sobre o campo de estudo da memória social: uma perspectiva psicossocial. *Psicologia: Reflexão & Crítica*, Porto Alegre, v. 20, n. 2, p. 290-295.
- Sá, C. P. (2007b). Psicologia social da memória: sobre memórias históricas e memórias geracionais. In A. M. Jacó-Vilela; L. Sato (Orgs.). *Diálogos em psicologia social*. Porto Alegre: Evangraf, p. 53-61.
- Sá, C. P. (2008). Les défis d'une psychologie sociale de la mémoire. *Une approche engagée en psychologie sociale : l'oeuvre de Denise Jodelet*. Ramonville Saint-Agne : Érès, p. 173-178.
- Sá, C. P. ; Castro, P. (Orgs.). *Memórias do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005.

Sá, C. P.; Oliveira, D. C.; Prado, L. A. As memórias coletivas do descobrimento do Brasil: imagem comum e juízos diferenciados nas populações portuguesa e brasileira. In C. P. Sá; P. CASTRO (Orgs.). *Memórias do descobrimento do Brasil*. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 27-44.

Sá, C. P.; Castro, R. V.; Möller, R. C.; Perez, J. A. (2008). A memória histórica de Getúlio Vargas e o Palácio do Catete. *Estudos de Psicologia*, Natal, v. 13, n. 1, p. 49-56. Acervo disponível em www.scielo.br/epsic .

Sá, C. P.; Oliveira, D. C.; Castro, R. V.; Vetere, R.; Carvalho, R. V. C. (no prelo). A memória histórica do regime militar em três gerações, no rio de janeiro: sua estrutura representacional. *Estudos de Psicologia*, Campinas.

Sá, C. P.; Castro, R. V.; Möller, R. C.; Perez, J. A.; Bezerra, F. C. C. (no prelo). A memória histórica do Regime Militar em três gerações: conteúdos factuais e juízos críticos. *Psicologia: Teoria e Prática*, São Paulo.

Schuman, H., Belli, R. F.; Bischooping, K. (1998). La base generacional del conocimiento histórico. In D. Páez; J. F. Valencia; J. W. Pennebaker; B. Rimé; D. Jodelet (Orgs.). *Memorias colectivas de procesos culturales y políticos*. Bilbao: Universidad del País Vasco, p. 83-120.

Tajfel, H. (Org.) (1984). *The social dimension*. Cambridge: Cambridge University Press.